



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade
14 de Janeiro de 2014

FEIRA DAS TROCAS

Atividade não é legítima

Uma nova audiência pública foi designada pelo Ministério Público do Estado de Sergipe para o dia 6 de fevereiro a fim de discutir, junto aos órgãos públicos do estado e município de Aracaju, a questão da Feira das Trocas, cujos comerciantes continuam desenvolvendo suas atividades num terreno próximo à Rodoviária José Rollemberg Leite, no Bairro Capucho. Essa foi a conclusão a que chegaram os participantes de uma audiência pública realizada na manhã de ontem, 13, que abordou a regulamentação dos comerciantes e a possibilidade de doação de um terreno para o desempenho da atividade comercial.

Presidindo a audiência, a promotora Maria Helena Lisboa destacou a necessidade de legitimidade da associação e a intermediação do MP na regularização do comércio de objetos usados. "Queremos que a associação seja legitimada, regulamentando os direitos e deveres de seus associados para que então os comerciantes, as pessoas de bem, possam continuar trabalhando. O que não podemos fazer é chancelar uma prática que não é legítima. Temos uma ação tramitando na Justiça, requerendo a extinção da associação da Feira das Trocas, mas pediremos a suspensão, tendo em vista que estamos buscando intermediar um entendimento entre os comerciantes, estado e município, para a cessão de um espaço, onde possa ser exercido o comércio de forma legal, inclusive, com a participação da Secretaria da Segurança Pública, para que não haja a comercialização de armas, drogas e de produtos roubados, bem como a prostituição. Sabemos que têm pessoas de bem que precisam trabalhar,

por isso estamos buscando a regulamentação", explicou.

Ao explicar que uma nova associação já foi criada, o comerciante Gilson Santos Omena ressaltou que somente concordará com a extinção da Feira das Trocas caso seja doada uma área para a atuação dos comerciantes. "Já criamos a Associação da Feira de Novos e Usados, como novo CNPJ, e já encontramos a possibilidade de cadastro de cada comerciante como empreendedor individual, no Sebrae, podendo cada um tirar uma nota avulsa no caso de um produto novo ou mesmo um documento que demonstra a origem do produto, tudo na legalidade. Estamos dispostos a nos regularizar, mas queremos um espaço onde a gente possa trabalhar. Que seja feita uma fiscalização pelo município, que a polícia marque presença e tenhamos o apoio de estrutura, pois o movimento da feira é grande, muita gente vive disso", disse.

Representando o município, o diretor de Espaços Públicos da Empresa Municipal de Serviços Urbanos (Emsurb), Luiz Carlos dos Santos, esclareceu que não há objeção à atividade dos comerciantes, porém afirmou que não há área municipal para ceder à associação. "A área do município é reduzida, sendo muitas delas destinadas à construção de postos de saúde, por exemplo. Não temos qualquer relutância ao exercício dos comerciantes, cabendo a nós da Emsurb fiscalizar a utilização do espaço público. É ideal que voltemos a nos reunir para viabilizar, junto ao Sebrae, estado e demais órgãos, a possibilidade de regulamentação da feira. Mas adianto que o município não tem terreno para doar", afirmou.